

Educação Permanente No Hospital: A Centralidade Do Enfermeiro no Processo Formativo.

Permanent Education in the Hospital: The Central Role of the Nurse in the Formative Process.

Bruna Carolina Kochhann, Giulia Roberta Griebeler da Silva², Thaís de Souza Machry Carminati³

RESUMO

A dinâmica do ambiente hospitalar exige que os profissionais de saúde estejam em constante atualização para garantir a qualidade e a segurança da assistência prestada. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como uma estratégia essencial à transformação das práticas profissionais, focando na problematização do processo de trabalho e na construção coletiva do conhecimento. Entre os diversos profissionais que atuam nesse cenário, o enfermeiro destaca-se como protagonista na condução de ações educativas, dada sua posição estratégica na equipe multiprofissional, sua formação abrangente e seu contato direto com a gestão do cuidado. O protagonismo do enfermeiro na educação permanente vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo o estímulo à reflexão crítica, à autonomia dos trabalhadores e à promoção de práticas humanizadas e seguras. Compreender a atuação do enfermeiro na liderança da educação permanente no âmbito hospitalar é essencial para fortalecer as práticas de cuidado, aprimorar os processos de trabalho e consolidar uma cultura institucional pautada na qualidade e na segurança. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel do enfermeiro como protagonista da educação permanente em hospitais, destacando suas competências, desafios e contribuições para melhoria dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Educação Permanente, Enfermeiro, Hospital, Protagonista.

ABSTRACT

The dynamic nature of the hospital environment requires health professionals to be continuously updated to ensure the quality and safety of the care provided. In this context, Permanent Health Education (PHE) emerges as an essential strategy for transforming professional practices, focusing on the problematization of the work process and the collective construction of knowledge. Among the various professionals working in this setting, the nurse stands out as the protagonist in leading educational actions, given their strategic position within the multidisciplinary team, comprehensive training, and direct involvement with care management. The nurse's role as a protagonist in permanent education extends beyond the mere transmission of technical knowledge, encompassing the encouragement of critical reflection, worker autonomy, and the promotion of humanized and safe practices. Understanding the nurse's leadership role in permanent education within the hospital setting is essential for strengthening care practices, improving work processes, and consolidating an institutional culture grounded in quality and safety. Accordingly, this study aims to analyze the nurse's role as a protagonist in permanent education in hospitals, highlighting their competencies, challenges, and contributions to improving health services.

Keywords: Permanent Health Education. Nurse. Hospital. Protagonist.

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem do Centro Universitário FAG.. E-mail: bckochhann@minha.fag.edu.br

² Acadêmica do curso de Enfermagem do Centro Universitário FAG.. E-mail: grgdsilva@minha.fag.edu.br

³ Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário FAG.. E-mail: thaiscarminati@fag.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O âmbito hospitalar é um ambiente que integra diversos cargos, setores e funções, desde o apoio, a nutrição, a administração até as equipes assistenciais, que possuem contato direto com os pacientes. Essa diversidade exige dos profissionais de saúde uma constante atualização técnica e científica. Essa realidade reflete a urgência de renovar a formação e a aprendizagem, garantindo, assim, uma melhor dedicação na qualidade e segurança da assistência. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como uma nova ferramenta para reforçar as práticas profissionais, buscando transformar o processo de trabalho por meio da problematização da realidade e da promoção de novos aprendizados coletivos (BRASIL, 2018).

O processo de trabalho dos profissionais de saúde exige uma constante busca pelo aprimoramento de saberes, a fim de fundamentar a atuação e qualificar as ações de integralidade do cuidado prestadas aos usuários dos serviços de saúde, diante dos desafios e obstáculos enfrentados no cotidiano das pessoas e das organizações. A formação em serviço requer a aplicação de abordagens de ensino que considerem os conhecimentos e as experiências prévias das pessoas no cotidiano das práticas em saúde, propiciando a construção do saber científico permeado pela dialogicidade e pela reflexão teórico-prática (ROZAL, 2023).

O ambiente hospitalar deve ser entendido como um espaço de educação que apresenta desafios e se torna uma oportunidade de transformação para o profissional em seu processo reflexivo e colaborativo, em que as experiências adquiridas na rotina diária sejam utilizadas como aprendizado e evolução profissional. Conforme Oliveira et al. (2022), a prática educativa em saúde deve partir da realidade do trabalho, promovendo a reflexão crítica e o compartilhamento de saberes entre os membros da equipe multiprofissional.

Entre os profissionais que atuam nessa área, o enfermeiro ocupa papel central e estratégico. Como resultado da sua formação abrangente e sua presença na gestão do cuidado, o enfermeiro tem a capacidade de identificar necessidades de aprendizagem, planejar estratégias pedagógicas e promover o desenvolvimento das competências técnicas e humanas da equipe. Os enfermeiros podem articular estratégias que propiciam a inclusão do processo educativo no cotidiano dos profissionais de enfermagem. Tais estratégias podem ser entendidas como um conjunto de ações e decisões que podem ser alcançadas a partir de uma relação dialógica entre os profissionais que constituem uma instituição de saúde (LAVICH, 2017).

Segundo Amestoy (2014), nas últimas décadas a saúde tem enfrentado transformações significativas, especialmente no ramo da tecnologia, exigindo dos profissionais especializações mais profundas e rigorosas. Com a equipe de enfermagem não seria diferente, e isso trouxe novos desafios para o cargo de liderança, que é exercido em sua maioria pelo Enfermeiro. A falta de um líder capacitado, com ações e posicionamentos de liderança e um conhecimento avançado, implica a necessidade de habilidades como a replicação de conhecimento, a mediação de conflitos, o incentivo ao pensamento crítico e criativo de sua equipe, o domínio do cuidado direto na assistência prestada ao paciente, a tomada de decisões e inúmeras outras competências que fortalecem a sua importância no processo hospitalar. Entretanto, há muitos desafios a serem enfrentados para que essa liderança se torne uma inspiração para os padrões de excelência.

Compreende-se assim, que o enfermeiro educador assume um amplo papel, não apenas no aprimoramento das competências técnicas, mas também com o intuito de garantir a segurança do profissional e do paciente, por meio de práticas humanizadas e seguras. O devido reconhecimento desse papel fundamental fortalece os serviços no âmbito hospitalar e melhora a qualidade assistencial do serviço prestado, resultando em uma equipe mais colaborativa e em um paciente satisfeito. Dessa forma, este artigo tem como foco principal destacar os desafios enfrentados pelo enfermeiro educador e o seu protagonismo no contexto hospitalar, contribuindo diretamente à construção das práticas educativas e impactando o fortalecimento dos serviços de saúde.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e com abordagem descritiva, sem a realização de coleta de dados empíricos e tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a Centralidade do Enfermeiro no Processo Formativo no Ambiente Hospitalar.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica não se fundamenta apenas na seleção das obras. A leitura propriamente dita é aperfeiçoada conforme os anos, obtendo-se informações tanto básicas quanto as mais específicas, com foco no objetivo principal, utilizando-se palavras adequadas sem mudar o contexto do autor original e mantendo-se a constante discussão com colegas e professores para melhor compreensão da leitura.

Em relação aos critérios de inclusão, o número de documentos utilizados para elaboração do artigo será definido por critérios como a seleção das temáticas, o recorte temporal (os últimos dez anos), a disponibilidade de acesso e a aderência aos objetivos do estudo. Para a seleção, serão analisadas a consistência científica, a apropriação do tema e a adesão aos critérios estabelecidos na metodologia.

A busca por materiais será realizada em livros, artigos, documentos oficiais, dissertações e teses, que abordam a Educação Permanente em Saúde (EPS), a atuação do enfermeiro em ambientes hospitalares, bem como políticas públicas relacionadas à formação de profissionais de saúde. A pesquisa será realizada em base de dados como SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico, LILACS e PUBMED, tendo como critérios de seleção publicações entre os anos de 2014 a 2024, disponíveis em português, espanhol ou inglês, com acesso completo e gratuito e com relevância temática aos objetivos da pesquisa.

A análise será realizada conforme a pertinência do conteúdo, por intermédio da leitura exploratória, classificação do tema central e o posicionamento crítico como referência.

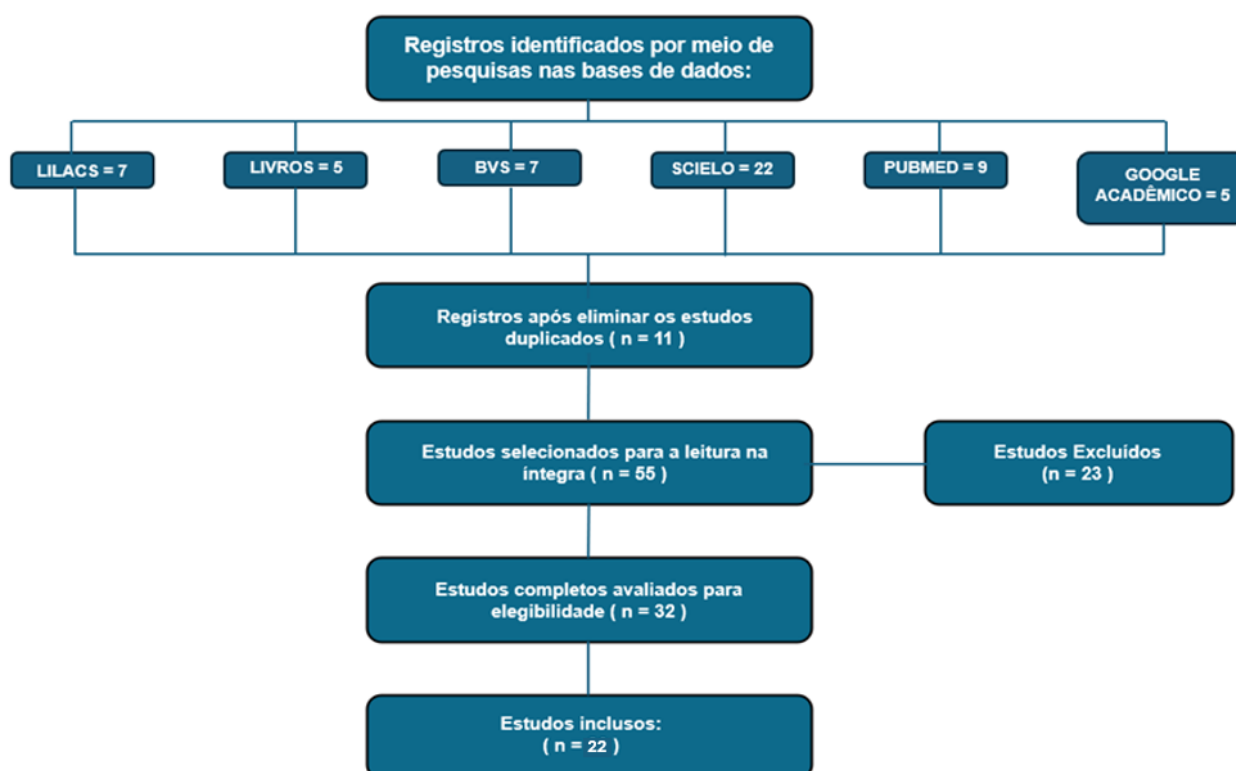


Figura 1. Fluxograma PRISMA de seleção dos estudos

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia da educação permanente foi produzida na Europa no campo da educação, primeiramente nos anos 30 e, depois, com muito mais força nos anos 60, sempre associada a iniciativas que envolviam a aprendizagem de adultos em momentos de reestruturação produtiva e à necessidade de reposicionar grandes contingentes de pessoas no mercado de trabalho em função da intensificação da industrialização e da urbanização (FEUERWERKER et al., 2014, p. 92).

Lemos (2016) afirma que, no final da década de 1960, a educação permanente passou a ser difundida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), fundamentada na teoria do capital humano, que considera a qualificação do fator humano como um dos meios mais importantes à produtividade econômica e o desenvolvimento do país. “A denominada Educação Permanente em Saúde (EPS) surge na década de 1980, cuja disseminação se deu por meio do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan-Americana de Saúde” (LEMONS, 2016, P. 914).

No contexto nacional, em junho de 2003 ocorreu a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) por meio do Decreto nº 4.726. Esse foi um momento de grande relevância na iniciativa de mudanças voltadas à política de recursos humanos no sistema público de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024; SILVA, 2024), o que possibilitou a institucionalização da política de educação na saúde e o estabelecimento de iniciativas relacionadas à reorientação da formação profissional, com ênfase na abordagem integral do processo saúde-doença, na valorização da Atenção Básica e na integração entre as Instituições de Ensino Superior (IES), serviços de saúde e comunidade, com a finalidade de propiciar o fortalecimento do SUS (SILVA, 2024). No ano seguinte à criação do SGTES, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) por meio da Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

No Brasil, a implementação da EPS foi instituída conforme a Portaria GM/MS nº 198/2004 e consolidada pela Portaria GM/MS nº 1.996/2007, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no território nacional com o objetivo estratégico de melhorar as práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2018).

Em 2007, a SGTES/MS fez uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) para realizar uma pesquisa com o objetivo de verificar o status da implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), entre outros aspectos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). As principais modificações ficaram por conta da substituição dos Polos de Capacitação em Saúde da Família pelas Comissões de

Integração Ensino-Serviço (CIES) e pela responsabilização dos Colegiados de Gestão Regional (CGR) na condução descentralizada da PNEPS. Coube a essas comissões induzir mudanças, apoiar os Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde, cooperar tecnicamente com eles e, principalmente, realizar o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações e estratégias de educação implementadas (MACÊDO ET AL., 2014).

A PNEPS promoveu avanços na área da educação na saúde, no entanto, requer esforços de articulação de parcerias institucionais entre serviço e ensino, educação e trabalho, numa perspectiva dialógica e compartilhada. A aposta é fortalecer a EPS como norteadora de novas práticas que orientam a reflexão sobre o processo de trabalho e a construção de atividades de aprendizagem colaborativa e significativa, favorecendo o trabalho em equipe, a gestão participativa e a corresponsabilização nos processos de ensino-aprendizagem, para o alcance dos objetivos estratégicos (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde consiste no desenvolvimento profissional, articulado a atividades educativas que inserem o diálogo, o preparo técnico, a obtenção de novas aprendizagens, de ideais e de condutas. A inserção da EPS no cenário de trabalho incentiva o pensamento coletivo na promoção de transformações no ensino e na educação em serviço (ROCHA, 2024).

Conforme Oliveira et al. (2023), o enfermeiro na EPS enfrenta diversos desafios ao decorrer da sua busca constante para capacitação de sua equipe. Dentre eles, destacam-se a sobrecarga de trabalho, visto que a maior parte dos colaboradores possuem dois vínculos com carga horária extremamente alta, a carência de recursos materiais e profissionais, e a falta de formação pedagógica específica, além da insuficiência de reconhecimento da educação nesta específica função. Isso ressalta a necessidade da valorização do enfermeiro educador e de maior investimento em políticas de incentivo à essa formação continuada.

Para que o enfermeiro consiga exercer o papel de forma positiva, é necessário o apoio de toda a gestão hospitalar, o entusiasmo à independência profissional e a implantação de novos locais institucionais de conhecimento. Na enfermagem, a EPS pode promover o repensar das ações, favorecer a participação na tomada de decisão e a articulação entre os trabalhadores (FAGUNDES et al., 2016).

Nesse cenário, a prática educativa interpretada pelo enfermeiro ultrapassa a mera passagem de conteúdos técnicos, sendo entendida como uma atividade que envolve diálogo e mudança, teoria e prática, e que considera os conhecimentos e experiências dos funcionários. A qualificação de indivíduos críticos, preparados para analisar e modificar o

cenário de trabalho, é o propósito da EP, como indica o pensamento freireano aplicado à saúde (FREIRE et al., 2022).

A participação do enfermeiro como protagonista na EPS no campo hospitalar representa não somente uma vantagem às instituições, mas também um comprometimento com a qualidade da assistência e o crescimento profissional. A compreensão da dimensão social do trabalho em enfermagem, assim como a nova visão da atenção à saúde, requer da enfermeira a assunção de novas responsabilidades na atuação profissional. Essas responsabilidades apontam para necessidade de mudanças na forma de produzir a gestão, o cuidado em enfermagem, a educação formal e a educação no e para o trabalho (FAGUNDES et al., 2016).

Investir no fortalecimento do protagonismo do enfermeiro na Educação Permanente é essencial para construção de ambientes de cuidado mais seguros, inclusivos e inovadores. Além disso, a prática educativa do enfermeiro deve ser compreendida como um processo dialógico e emancipatório, que articula teoria e prática e valoriza os saberes e experiências dos trabalhadores. Esse avanço incentiva modificações importantes nos processos de trabalho e coopera para o fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Humanização (FREIRE et al., 2022).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a Segurança do Paciente tem como principal garantia a qualidade, o respeito e a segurança do serviço prestado para o paciente durante sua jornada no sistema de saúde. A OMS reconhece a Educação Permanente como um dos pilares importantes à constante formação e capacitação dos profissionais e gestores do âmbito da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Embora haja peculiaridades entre as instituições, evidencia-se que o processo de trabalho ainda é compartimentado, com ênfase na atenção e na gestão, ficando a educação em plano paralelo ou secundário. O estudo também evidencia um déficit quantitativo de pessoal de enfermagem em praticamente todas as instituições pesquisadas, independentemente de serem públicas ou privadas. Essa carência gera sobrecarga de trabalho, aumenta os riscos e, conseqüentemente, influencia diretamente na disponibilidade de tempo para investir em educação (SILVA et al., 2016).

Segundo Viana et al. (2018), a gestão do trabalho na saúde deve ser tratada como área estratégica e fundamental para o efetivo funcionamento das organizações no que diz respeito ao atendimento das demandas reais, com estratégias de gestão mais flexíveis e participativas, que incentivem e valorizem a atividade formal, e que promovam o desenvolvimento de uma estrutura que ofereça condições e ferramentas para que os

profissionais e gestores desenvolvam novas competências para atender tais demandas.

Diante da realidade de trabalho vivenciada no ambiente hospitalar, onde a sobrecarga de trabalho impede a promoção de atividades educativas, a construção de saberes e a associação da vivência prática ao conhecimento teórico, há a necessidade de promover a educação permanente com os profissionais, não somente com o objetivo de qualificação, mas como meio de integração e motivação (ARAÚJO, 2015). Atualmente, nas organizações hospitalares, a equipe de enfermagem constitui o maior contingente de trabalhadores, cerca de 60% (SADE, 2020). Portanto, as ações educativas são majoritariamente destinadas a esses profissionais.

Um exemplo desse desafio é a pesquisa realizada por Silva (2017), que destaca as mesmas dificuldades, gerando uma sobrecarga de trabalho no enfermeiro educador das instituições hospitalares. A autora enfatiza que a maior limitação para o desenvolvimento das ações educativas é a resistência da equipe de enfermagem, que se considera detentora do conhecimento, sem abertura para atualizações e correções necessárias. Diante disso, um fator que concretiza a EPS é a visão do enfermeiro assistencial como líder de sua equipe, sendo responsável por salientar a importância do treinamento, incentivando a participação como forma da melhoria da qualidade do serviço, segurança dos processos assistenciais e do paciente, e para o crescimento interpessoal do colaborador em questão. Apesar dos grandes avanços tecnológicos, o atual perfil dos profissionais da saúde, em específico dos enfermeiros, ainda está distante do que consideraríamos exemplar, demonstrando uma qualificação insuficiente às mudanças práticas da saúde. A crescente necessidade de proporcionar a educação permanente a esses profissionais com o intuito de ressignificar o seu perfil de atuação e fortalecer o seu papel como liderança das práticas é um grande desafio.

De acordo com Sade et al. (2020), destaca-se que quanto maior o número de participações em ações educativas, mais significativo foi o efeito no desempenho, nas atitudes e na motivação. Portanto, cabe ressaltar que o propósito da educação permanente não é apenas que o trabalhador seja crítico, mas também reflexivo e sujeito potente para contribuir para melhoria no processo de trabalho e do cuidado em saúde (PEREIRA; BARBOSA; VERNASQUE, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Permanente em Saúde (EPS) se torna uma ferramenta importante para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e melhorar a formação dos profissionais que atuam em ambientes hospitalares. Fica evidente que o papel do enfermeiro é fundamental durante esse processo como principal protagonista da EPS, pois atua como o principal intermediador do conhecimento, promovendo uma postura educativa, a transformação da assistência em saúde e práticas mais seguras, humanas e eficientes no cotidiano.

Apesar de todos os esforços, ainda permanecem inúmeros desafios para prática da Educação Permanente em Saúde. Estes são obstáculos que reforçam a falta de valorização da EPS pelas instituições, cujo objetivo é a conscientização do cuidado baseada em responsabilidade compartilhada, autonomia, organização dos processos de trabalho e mudanças constantes para a melhoria da assistência ao paciente. Entre os desafios, destacam-se a falta de recursos, a sobrecarga no trabalho, a ausência de formação e a resistência dos profissionais às novas práticas educativas, além da não compreensão da importância dessas ações.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, S. C. et al. Gerenciamento de conflitos: desafios vivenciados pelos enfermeiros-líderes no ambiente hospitalar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 7985, 27 jun. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/40155>>. Acesso em: 22 out. 2025.

ARAÚJO, K. Q. M. A. de. **Núcleo de educação permanente como ferramenta de gestão organizacional no Hospital Universitário Ana Bezerra: um plano de projeto técnico aplicado**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8633>>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.996, de 20 de agosto de 2007. **Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências**. Diário Oficial da União (D.O.U.), Brasília, DF, 20 ago. 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html>. Acesso em: 23 out 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília, 2018. 78 p. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1538253>>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde. **Série Especial 20 anos da SGTES: a criação da SGTES**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2024 Disponível em: <https://ohs.coc.fiocruz.br/documento_de_trab/especial-20-anos-da-sgtes-a-criacao-da-sgtes/>. Acesso em: 05 out. 2025.

FAGUNDES, N. C. et al. Educação permanente em saúde no contexto do trabalho da enfermeira [Continuing professional development in health for working nurses]. **Revista Enfermagem Uerj**, v. 24, n. 1, p. e11349-e11349, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/11349/17855>>. Acesso em: 18 nov 2019.

FEUERWERKER, L. C. C. **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/dissertacoes-e-teses/micropolitica_e_saude_laura_camargo.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FREIRE, R. S.; OLIVEIRA, D. C.; ALMEIDA, M. A. Metodologias ativas na educação permanente em saúde: A prática do enfermeiro. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 27, e80849, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-80422022304564PT>>. Acesso em: 01 abr. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 375 p.

LAVICH, C. R. P. et al. Ações de educação permanente dos enfermeiros facilitadores de um núcleo de educação em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 1, p. e62261, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/x8TNNWkJYwfJ5nFt8fj8HJz/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 24 out. 2025.

LEMOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente?. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 913-922, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n3/913-922/#>>. Acesso em 03 nov. 2025.

MACÊDO, N. B.; ALBUQUERQUE, P. C.; MEDEIROS, K. R. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 379401, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/GP8Tbc45LMsFMNvd8fbx9fz/?lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, M. F. de S. et al. Educação permanente em saúde: desafios e perspectivas na formação do profissional. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 31, e20190154, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0154>>. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, S. K.; COSTA, T. F.; SANTOS, A. L. Desafios enfrentados por enfermeiros na liderança da educação permanente em hospitais. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 13, e97, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/2179769267625>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEREIRA, J. T.; BARBOSA, P. J.; VERNASQUE, L. A. Educação Permanente e a formação de indivíduos críticos e reflexivos na saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 306-316, abr./jun. 2014.

ROCHA, L.; ALVES, C.; CARMINATI, T. de S. M. Contribuições da Educação Permanente na prática da assistência em enfermagem no âmbito hospitalar. **Scientific Electronic Archives**, v. 17, n. 3, 2024. Disponível em: <<https://scientificelectronicarchives.org/index.php/SEA/article/view/1878/1937>>. Acesso em: 08 out. 2025.

ROZAL, J. F. et al. Círculo de Cultura e educação permanente para transformação da prática profissional: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3215-3215, 2023.

SADE, P. M. C. et al. Avaliação dos efeitos da educação permanente para enfermagem em uma organização hospitalar. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. eAPE20190023, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/NNPmTnYwztR7mhkZt8V9hhb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, E. A. da et al. **Educação permanente em saúde: um novo olhar para a formação na perspectiva de temas contemporâneos**. Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2024. DOI: <<https://doi.org/10.11606/9786588503768>>. Disponível em: <www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1516>. Acesso em 08 out. 2025

SILVA, J. A.; PEREIRA, M. C. T.; ALMEIDA, J. R. Ambiente de trabalho da enfermagem, segurança do paciente e qualidade do cuidado em hospital pediátrico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. e74266, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.7426>. Acesso em: 21 out. 2025.

SILVA, L. A. A. da et al. A educação permanente no processo de trabalho de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/1027/1168>>. Acesso em: 29 set. 2025.

VIANA, D. L.; MARTINS, C. L.; FRAÃO, P. Gestão do trabalho em saúde: sentidos e usos da expressão no contexto histórico brasileiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 5778, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/K8RFXTV35v8x5crQykw3VF/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2025.